



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001551-27.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Sindicato dos Trabalhadores Tecnicos Adminsitrativo da Universidade Federal de São Carlos - Sintufscar,**
 Requerido: **Vanessa Custódio**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Sindicato dos Trabalhadores Técnicos Administrativos da Universidade Federal de São Carlos – SINTUFSCAR – propôs a presente ação de cobrança em face da ré Vanessa Custodio, requerendo a condenação desta ao pagamento de R\$ 1.097,52, bem como autorização para inscrever seu nome no serviço de proteção ao crédito, após o trânsito em julgado e enquanto perdurar a lide pelo valor original da dívida.

A ré foi citada às folhas 92, contudo, não ofereceu resposta, (folhas 93), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento do feito, nos termos do artigo 330, II, do Código de Processo Civil.

O autor alega que a ré é sua associada porque lhe proporciona facilidades nas contratações relativas a planos de saúde, que, no caso em tela, é a Unimed São Carlos. Aduz que paga mensalmente à Unimed um valor equivalente a todos os seus associados, e após, emite um boleto para cada um, correspondente ao valor da mensalidade. Declara que até o presente momento, a ré não quitou estas mensalidades constantes dos boletos que venceram em janeiro, fevereiro, março e abril de 2013, culminando com o saldo devedor constante da planilha de folhas 03.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Tendo em vista a revelia, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor, de que a ré, de fato, encontra-se inadimplente com as parcelas apontadas na inicial.

Ademais, a autora instruiu os autos com cópia do contrato do Plano de Saúde (**confira a folhas 50/73**), da notificação extrajudicial válida (**confira a folhas 78/80**) e cobrança realizada via e-mail, respondida inclusive pela ré, que se compromete a verificar as datas e propostas de pagamento (**confira a folhas 82**).

Diante do exposto, acolho o pedido inicial, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, condenando a ré ao pagamento do saldo devedor, devidamente atualizado e acrescido de juros de mora a partir da data constante da planilha de fls. 03. Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Deve ser considerado bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Carlos, 30 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**